



# Anais da Assembléia

Nº 202

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE JANEIRO DE 1993

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
 PRN ..... Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS  
 PFL ..... Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
 PDT ..... Deputado PAULO MAIA  
 PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
 PSDB ..... Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
 PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
 PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
 PST ..... Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - **(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.**

**2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA**  
**ATA DA 12.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 12 DE JANEIRO DE 1993**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Alçaci Túlio, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Júlio Bifon, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessutti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Ernani Pudell, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti e Ovídio Constantino (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E**

Ofícios:

**OFÍCIO**

Sob o n.<sup>o</sup> CI/SESP/PR/180/92, do Senhor Waldir Copetti Neves, Chefe da Coordenação de Informações da Secretaria do Estado da Segurança Pública, em resposta ao Pedido de Informações, solicitado pelo Senhor De-

putado Ovídio Constantino, relacionadas a ação da Polícia, realizada no Município de Nova Fátima-PR. Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob os n.<sup>os</sup> DTL/SAT/42/92 e 02/93, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver sancinado os Projetos de Lei n.<sup>os</sup>:

356/92: Do Poder Executivo que institui a Taxa de Segurança Preventiva, cria o Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.<sup>o</sup> 10.236. **Anote-se - Arquite-se.**

Lei Complementar n.<sup>o</sup> 437/92: Do Poder, Executivo, que acresce parágrafos ao art. 11, da Lei Complementar n.<sup>o</sup> 56/91. **Anote-se - Arquite-se.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

OF. N.<sup>o</sup> 004/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter a essa Augusta Casa, o incluso Anteprojeto de Lei que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador deste Tribunal de Justiça, a partir de 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1993.

O reajuste ora proposto é da ordem de 25% (vinte e cinco por cento), sobre os valores de dezembro de 1992, idêntico ao índice atribuído aos Sevidores do Judiciário e em exame nessa Douta Assembléia.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, se possível, no período de convocação extraordinária, reitero a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(a) LUIS RENATO PEDROSO  
 Presidente

**ANTEPROJETO DE LEI**

DATA: 11 de janeiro de 1993.

SÚMULA: Fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

Art. 1.<sup>o</sup>: O vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 15.117.187,50 (quinze milhões, cento e dezessete mil, cento e oitenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), a partir de 1.<sup>o</sup> de janeiro de 1993.

Art. 2.<sup>o</sup>: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto no Art. 1.<sup>o</sup>, mantidas as demais disposições da Lei n.<sup>o</sup> 10.090, de 05 de outubro de 1992.

## PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

## GABINETE

N° 0029

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter a essa Augusta Casa o incluso Anteprojeto de Lei que tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de janeiro de 1993.

O reajuste ora proposto é da ordem de 25% (vinte e cinco por cento), sobre os valores de dezembro de 1992.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, se possível, no período de convocação extraordinária, reitero a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(a) LUIZ CARLOS DELAZARI

Procurador - Geral de Justiça

## ANTEPROJETO DE LEI

DATA: 12 de janeiro de 1993

SÚMULA: Fixa o vencimento básico mensal do cargo de Procurador - Geral de Justiça.

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 15.117.187,50 (quinze milhões, cento e dezessete mil, cento e oitenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), a partir de 1° de janeiro de 1993.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto no art. 1°, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.090, de 05 de outubro de 1992.

Of. n° 41/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal de Contas, a partir de 1° de janeiro corrente.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

DATA: 12 de janeiro de 1993.

SÚMULA: Fixa o vencimento básico do cargo de Procurador Geral, dos Auditores e dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 15.117.187,50 (quinze milhões, cento e dezessete mil, cento e oitenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos).

Art. 2° - O vencimento básico mensal do cargo dos Auditores e Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigentes em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 12.636.718,75 (doze milhões, seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e dezoito cruzeiros e setenta cinco centavos).

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro a partir de 1° de janeiro de 1993, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092 de 05 de outubro de 1992.

Of. n° 42/93

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, Anteprojeto de Lei, que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro deste Tribunal de Contas.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(a) RAFAEL IATAURO

Presidente

## ANTEPROJETO DE LEI

DATA: 12 de janeiro de 1993.

SÚMULA: Fixa o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, vigente em dezembro de 1992, fica fixado em Cr\$ 15.117.187,50 (quinze milhões, cento e dezessete mil, cento e oitenta e sete cruzeiros e cinquenta centavos), a partir de 1° de janeiro de 1993.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro previsto no artigo 1° mantidas as demais disposições da Lei n° 10.091, de 05 de outubro de 1992.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N° 2162**

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, comunicam a Sua Excelência a formação e constituição do Bloco Parlamentar Independente, a partir desta data.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE, HEINZ HERWIG, ROSSONI, ANTONIO ANNIBELLI, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, NELSON JUSTUS, HERMAS BRANDÃO.

**REQUERIMENTO N° 2157**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam encaminhados expedientes aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Secretário da Administração, Superintendente do I.P.E. e Diretor do Departamento de Imprensa Oficial do Estado, sugerindo-lhes a impressão de livreto com a redação da Lei n° 10.219, de 21 de dezembro de 1.992, que dispõe sobre a Previdência Social dos Servidores Públicos Estaduais e cria o Fundo de Previdência do Estado, para distribuição gratuita ou a preço de custo aos servidores públicos e seus dependentes, dada a relevância da matéria, que deve ser levada ao conhecimento de todos os segurados e seus dependentes, bem como do Regulamento, a ser editado nos próximos dias, fato que por si só justifica a propositura e aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 12.01.93.

(a) ALCEU SAWAROWSKI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, ofício n° 004/93-GP subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador do referido Tribunal, a partir de 1° de janeiro de 1993. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício n° 0029-GP subscrito pelo Sr. Procurador Geral de Justiça do Estado, constante do expediente, encaminhando o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça, a partir de 1° de janeiro de 1993. À Diretoria Le-

gislativa, para as providências cabíveis. Ofício n° 41/93 subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando incluso anteprojeto de lei que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores junto àquele Tribunal de Contas, a partir de 1° de janeiro de 1993. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Ofício n° 42/93 subscrito pelo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, constante do expediente, encaminhando anexo anteprojeto de lei que fixa o vencimento básico mensal dos cargos de Conselheiro daquele Tribunal. À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Nelson Justus, Heinz Herwing, Luiz Carlos Alborghetti, Hermas Brandão e Rossoni, constante do expediente, comunicando a formação e constituição do Bloco Parlamentar Independente. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Apreciar neste turno a emenda aprovada em 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO, com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral de Plenário. Emenda. Aprovada. O Projeto irá à Redação Final.

Redação Final para amanhã do Projeto de Lei n° 002/93 e encerramento do período Extraordinário de convocação.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos mais uma vez registrar a nossa preocupação quanto a questão do reajuste do funcionalismo público que não veio até esta data e também queremos registrar aqui a nossa preocupação quanto a presente Emenda que estamos vendo atribuí às gratificações num percentual idêntico a presente Lei, sem esclarecer, como está implícito, que esta igualdade é o índice do reajuste dos vencimentos. Muito provavelmente esta igualdade entre os aumentos de vencimentos e gratificações determinará que tais gratificações do Poder Judiciário ficarão muito aquém daquelas concedidas pelo Poder Executivo, ou seja, viabilizando o Projeto

inicial do Governador em tratar distintamente à guisa da isonomia.

Nós queremos deixar aqui registrada a nossa preocupação quanto a este aspecto da Emenda que se aprovou nesta oportunidade.

Outra nossa preocupação se prende, neste momento, na omissão do Poder Executivo em enviar a esta Assembléia Legislativa a Mensagem do reajuste de vencimentos dos servidores públicos da administração direta e indireta, o que confirma a intenção, e na nossa visão, no nosso entendimento, desprestigiamento do Executivo ao Poder Legislativo, que infelizmente a informação é de que esta matéria será tratada a nível de Decreto. Isto, na nossa visão é um desrespeito do Poder Executivo, do Governo do Estado, para com o Poder Legislativo, para com esta Casa. Tal prática demonstra ainda toda a indisposição do Governo do Estado em discutir democraticamente com este Parlamento as grandes questões do Paraná, considerando-se ele, o único dono da verdade. Esta prática política assumida pelo Chefe do Poder Executivo confirma o seu menosprezo na competência dos integrantes do Poder Legislativo em discutir e deliberar sobre a isonomia dos recursos humanos dos três Poderes. Aqueles que se consideram dignos do mandato nesta Casa devem-se revelar e firmar posição contrária a este comportamento autoritário do Governo do Estado, sob pena de subserviência na Casa.

Como afirmei ontem, o Governador deixará de enviar à Assembléia Legislativa a Mensagem de reajuste e fará uso do Artigo 15, da Lei n° 16.118, de 29 de outubro de 92, que dispõe textualmente: "Fica o Poder Executivo autorizado a instituir e rever gratificações de atividades a seus servidores pelo prazo de 180 dias para o fim específico de assegurar o previsto no Artigo 33, parágrafo 2° da Constituição do Estado do Paraná".

Ora, este parágrafo 2°, do art. 33, da Constituição do Estado, mencionado pela Lei 16.118, trata justamente da isonomia entre os servidores dos três Poderes, dispondo textualmente: "A Lei assegurará aos servidores da Administração Direta isonomia de vencimentos para cargos de atribuições ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário...".

A isonomia de que trata é, portanto, de vencimentos. Ocorre que vencimentos, ou seja, a remuneração dos servidores é matéria cuja disposição do Art. 53, inciso VIII, da Constituição do Estado, atribui competência à Assembléia Legislativa para tratar.

Diz o Artigo:

"Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual é

exigida, no entanto, para o especificado no Artigo 54, dispor sobre matérias de competência do Estado, especificamente".

O inciso VIII diz:

"... criação, transformação, extinção de cargos, empregos e funções públicas na Administração Direta, autárquica ou fundacional e fixação de remuneração...".

Por isso a fixação é competência da Assembléia Legislativa.

Como visto, o Governador invade a competência da Assembléia e pretende tratar da isonomia de vencimentos dos servidores dos três Poderes sem obedecer o disposto na Constituição do Estado, deixando o Parlamento à margem desta discussão.

Caso quisesse avocar a si o privilégio da matéria, como não é caso, deveria valer-se da Lei Delegada, o que não está fazendo. Prefere abusar do seu poder e passar por cima da legalidade dos preceitos de uma convivência democrática entre os Poderes baseada no respeito à competência constitucionalmente firmada a cada um. Não há de se querer enganar o plenário e afirmar que o Governador trata tão somente de gratificações, pois a autorização da Lei 16.118 refere-se à isonomia de vencimentos. E, vencimentos, como visto, são matérias que devem tramitar neste plenário. Além disso, corre solta a versão de que ao final de 180 dias o Governador extinguirá tais gratificações e as incorporará aos vencimentos. Ou seja, atingindo em cheio uma prerrogativa desta Casa em dispor sobre vencimentos dos servidores.

Por isto, a Bancada do Partido Democrático Trabalhista registra neste momento a sua preocupação com este fato que toma conta do reajuste dos Servidores Públicos do Estado. Não podemos aceitar em hipótese alguma que o reajuste dos Servidores seja feito por decreto sem o conhecimento desta Casa e com uma perspectiva muito séria de incorporação posterior, o que vai trazer ainda mais prejuízos aos Servidores do Estado do Paraná.

Queremos deixar registrada aqui a preocupação da Bancada do PDT em relação a esta matéria que, no momento, é motivo de muita preocupação e merece a atenção, como já dissemos anteriormente, de todos os Parlamentares desta Casa. Não podemos perder a prerrogativa deste Poder e a independência deste Poder.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para tranquilizar o Deputado Paulo Maia de que o Governo do Estado está justamente demorando alguns dias para anunciar os índices de reajuste do Funcionalismo, porque ele está buscando todas as informações possíveis e necessárias junto às Secretarias de Planejamento e Fazenda

com referência à arrecadação do Estado para que possa o Governador atribuir aos Servidores Públicos do Paraná um reajuste salarial num percentual o maior possível.

Como todos sabemos o mês de janeiro, nos seus primeiros dias, é um mês um tanto atípico. É um mês de difícil entendimento ao comportamento da arrecadação. Se formos olhar as planilhas que nos são repassadas informando a arrecadação do Estado, chegaremos à conclusão de que estamos hoje em torno de 20% a menos da previsão que fez a Secretaria da Fazenda em termos de arrecadação. É um número preocupante. O Governador ainda hoje com todo o Secretariado diz que já tem mais ou menos uma noção dos índices que deverá praticar, não anunciou nenhum índice porque aguarda esta semana ainda, para conhecer todas as informações, todos os parâmetros da arrecadação do Estado para poder oferecer ao servidor público um ajuste salarial o maior possível em função da arrecadação.

Então não existe aí nenhum autoritarismo, não existe aí nenhuma má vontade, pelo contrário, existe uma vontade muito grande de se dar o maior percentual possível, mas isso evidentemente baseado na arrecadação do Estado, no comportamento da arrecadação que até o momento é um comportamento um tanto temerário. Por essa razão que o Governador não anunciou ainda os índices e que deverá acontecer certamente até o final desta semana, início da próxima semana. E não pratica o Governador, nenhuma arbitrariedade, nenhum ato autoritário, porque foi esta Assembléia pela vontade maior dos seus deputados por maioria que delegou ao Governador um prazo de 180 dias esta condição de promover ajustes salariais através de Decreto. Então não está exorbitando o Sr. Governador, à Assembléia deu a ele esta condição. E a intenção de apresentarmos a Emenda que ora apresentamos, da qual estávamos discutindo, se retirávamos ou não, conversamos com alguns deputados e a maioria dos deputados, com os quais conversamos, entendeu que deveríamos manter essa Emenda ao Artigo 2º do Projeto de Lei oriundo do Poder Judiciário, porque os deputados entendem que o Artigo 2º na maneira que foi proposta era uma delegação de poderes ao Tribunal de Justiça para que pudesse rever as gratificações sem consultar a Assembléia Legislativa. Então ouvindo os Senhores Deputados, nós permanecemos com a Emenda que foi aprovada por unanimidade por esse Plenário. Então não vejo que estejamos exorbitando, nem a S.Exa. o Governador porque a delegação de poderes que ele possui foi conferida por esta Assembléia Legislativa pela maioria dos Senhores Deputados.

O SR. PAULO MAIA - Eu agradeço as informa-

ções de V.Exa., mas quero deixar registrado aqui como já disse, quando a Casa aprovou em 92 a autorização do Governador legislar essas matérias por Decreto, isso se referia a questão da isonomia e das gratificações, e não da questão dos vencimentos que é competência desta Casa apreciar. Obviamente a preocupação do Governo é válida sem dúvida, mas a nossa preocupação enquanto servidor e a dos servidores do Paraná é que a cada ano se vê uma discussão diferente em torno desta questão. Perdeu-se a data base, jogou-se a data base tradicional para junho, acabou-se com essa questão de data base e quando nós esperávamos que, quando na convocação extraordinária tivéssemos em discussão essa matéria na pauta, nós vemos as Sessões extraordinárias se esgotarem e essa matéria não chegar ao conhecimento da Casa.

Fica a nossa preocupação, o nosso registro da preocupação do Governo atuar por Decreto, obviamente o Governo deve ter as suas preocupações em saber como se comporta o financeiro do Estado, mas nós queremos deixar registrado aqui a nossa preocupação quanto a competência da Casa em apreciar tal matéria.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Tem a palavra pela ordem o Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós entendemos que a demora não pode ser muita porque se for demais não chegará a tempo a Mensagem para ser votada até o dia 16, esperamos que realmente o reajuste seja bastante superior o que foi proposto na Mensagem que ora acabou de ser votada e aprovada no Plenário dessa Assembléia.

O reajuste de 19% em janeiro e 25% em fevereiro proposto ao Tribunal de Justiça aprovado para aquele servidor, significa uma violenta perda salarial e com um salário abaixo do salário mínimo, basta analisar de um mil e cinqüenta e um, ou abaixo de um milhão de cruzeiros, quando o salário mínimo já é acima de um milhão duzentos e cinqüenta mil cruzeiros.

Esperamos que a Mensagem enviada pelo Governador seja diferente e bastante superior do que o achatamento salarial que está sendo submetido, até agora, todos os servidores públicos do Estado, seja de que Poder for: Judiciário, Legislativo ou o Executivo. E diz o Líder do Governo que a arrecadação diminuiu em cerca de 20%, mas quando a arrecadação aumentou, de acordo com o Governador no ano passado, não aumentou o reajuste do servidor, pelo con-

trário, continuou achatado o salário do servidor público.

Nós esperamos que a Mensagem chegue a tempo de ser votada e seja condizente com as necessidades dos servidores públicos, ao contrário dessa que estava aqui, agora. E também gostaria de registrar que quando foi negociado o acordo de votar a Previdência Social, esta Liderança alertou que se deixasse o inciso separado em algumas das questões: como 180 dias do Regime Jurídico Único do plano de cargos e salários e carreira, seria vetado. E o senhor Governador vetou. Era aquilo que nós dizíamos naquela ocasião.

Portanto, como acreditar que alguém está estudando para mandar um reajuste superior, se, na época, vários Deputados acreditaram naquela negociação que se dava e votaram favorável e o Governador vetou um ponto importante como este. Felizmente essa Liderança não acreditou e votou em contrário naquela ocasião. Então cobramos um reajuste salarial que faça com que dignifique o salário dos servidores para que se tenha o mínimo necessário para se comprar o que precisa, porque esse servidor público do Estado está vivendo praticamente em regime de fome.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa da Assembléia recebe um requerimento: (Lê):

"Os Deputados que o subscrevem no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, comunicam a formação do Bloco Parlamentar..."

Declaro constituído o Bloco Parlamentar conforme dispõe o artigo 13 do Regimento Interno. E o requerimento será encaminhado ao Departamento Legislativo.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem)

Quero agradecer a V.Exa. de ter comunicado a esta Casa a formação deste Bloco Independente na Assembléia Legislativa do Paraná. Após uma reunião hoje, neste Parlamento, com os Deputados: Heinz, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Valdir Rossoni, Hermas Brandão e esse Deputado, foi criado nesta Casa este Bloco Independente.

Independente, Senhor Presidente e Senhores Deputados. Uma independência que não quer dizer que nós venhamos contra o

Estado do Paraná. Independente nos ideais, independente na maneira de se portar, independente na maneira de caminhar junto com todos os Senhores Deputados Estaduais com assento nesta Casa com o objetivo maior de trabalhar para o Estado do Paraná. Estaremos aqui, neste Bloco, unidos, para votar pelo Estado do Paraná. E também estaremos unidos para criticar, para denunciar, para falar mais alto também aquilo que a família brasileira do nosso Estado precisa saber.

Independente, saibam os Senhores, na luta constante, todos esses Deputados: Heinz, Nelson Justus, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Valdir Rossoni e Deputado Hermas Brandão. Independente sim, para lutar por um Paraná melhor, para lutar para que o Paraná caminhe de encontro ao seu grande destino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Esta Presidência registra a presença do Senhor Luiz Giacomine, Prefeito de Saudade do Iguaçu, presença também do Secretário de Planejamento, Carlos Artur Passos Krieger; Secretário de Educação, Elias Abrhão e da ex-Deputada Ironi Pugliesi.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas registrar também a presença do ex-Deputado Gilberto Rezende de Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Também a presença registrada portanto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento nº 2157, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/93; e encerramento dos trabalhos referente ao Período Extraordinário.

Levanta-se a sessão.